

Torcida Verde espera intervenção do Estado no Futebol

Escrito por Record

TORCIDA VERDE ESPERA INTERVENÇÃO DO ESTADO NO FUTEBOL

Representantes da claque ouvidos na Assembleia da República



A claque Torcida Verde, afeta ao Sporting, apelou esta quarta-feira à intervenção do Estado no futebol e à responsabilização direta das sociedades anónimas desportivas (SAD) e dos dirigentes face ao clima de tensão na modalidade em Portugal.

Luís Repolho e Paulo Jorge Barros, representantes do grupo organizado de adeptos formado em 1984, lamentaram na Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, na Assembleia da República, que as leis existentes contra a violência no desporto não sejam devidamente aplicadas, dando como exemplo a proibição de apenas algumas dezenas de adeptos de entrarem nos estádios, enquanto em Inglaterra são cerca de 2.000.

"Se esperarmos que o futebol se autorregene, é o mesmo que esperar que a máfia se autorregene", afirmou Luís Repolho, acrescentando: "Acreditamos que as pessoas têm de ser responsabilizadas. Ou o Estado intervém diretamente ou demite-se desta matéria. Falei da máfia porque o futebol é um estado dentro do Estado".

Embora tivesse sido solicitada há já cerca de um ano, depois da morte do adepto italiano Marco Ficini nas imediações do Estádio da Luz, em Lisboa, a audiência acabou por se realizar apenas agora, duas semanas depois dos incidentes com elementos ligados à Juventude Leonina na Academia do Sporting, em Alcochete, um tema que o representante da Torcida Verde optou por não comentar.

"Não acompanhamos esta histeria, que acontece de forma completamente demagógica. Está a tentar tratar-se um cancro com uma aspirina. É grotesco falar sobre o que se passou neste último mês, recuso-me a falar disso", vinou.

Perante as questões dos deputados dos partidos com assento na comissão sobre o papel da anunciada autoridade contra a violência no desporto, o adepto do Sporting confessou que se podem criar diferentes organismos, mas reiterou que a moldura legal já existe, o que falta é fiscalização e aplicação por parte do Estado.

Record > 30/05/2018